

✓oto ao Crepúsculo

FULMINADO por uma renovação de 78% nos dois terços agora eleitos, o Senado antecipa o seu crepúsculo num episódio de despudor: senadores querem barganhar o interesse público pelo interesse pessoal. Não há o menor resquício moral no expediente político de alguns senadores — com destaque, Martins Filho e Passos Porto, ambos do PMDB — que obstruem a aprovação dos novos embaixadores do Brasil, até que haja um acordo para aprovar também o **trem da alegria** que desde o ano passado entrou num desvio.

A pseudo reforma administrativa do Senado se destinou exclusivamente a legalizar a imoral e irregular contratação de servidores sem concurso. Foi tão acintoso o escândalo que a opinião pública conseguiu paralisar a iniciativa. Mas os efeitos políticos se produziram, pois não é por acaso que o Senado ostenta uma taxa de renovação que beira os 80%: não há precedente.

Nomeações para cargos públicos pressupõem prestação de concurso como forma de afastar a suspeita de privilégio. No caso do Senado é mais afrontoso o desrespeito porque, sendo o concurso um princípio constitucional, a nomeação e depois a efetivação de parentes dos senadores tripudia sobre os demais cidadãos. Principalmente os que prestaram

concurso e até hoje não foram nomeados. Os números são acintosos: dos 800 que entraram por pistolão e querem se arranjar, há 279 cargos de confiança e 92 parentes dos senadores. É imoral preencher cargos pela confiança dos que foram derrotados. Lugares que pressupõem confiança política devem ser ocupados por escolha dos novos eleitos.

Se o Senado não é capaz de resolver, dentro da moral e da lei, o episódio das nomeações de favor, esta nação continuará condenada a purgar o baixo teor de comportamento político, apesar de toda a humilhação sofrida sob o autoritarismo. O Congresso ainda quer esbofetear uma sociedade, há dez meses em regime de congelamento de preços e salários, com um aumento acima de cem por cento para as partes fixa e variável dos seus subsídios.

Que a atual representação preferisse fechar o Congresso, compreende-se porque a maior parte foi cassada pelos eleitores, e não voltará. A representação que acaba de ser eleita deve rejeitar publicamente a indignidade que degradará os novos mandatos antes de entrarem em exercício. Ou então que o seu primeiro gesto, logo que assumirem, seja a reparação moral que teria que ser a anulação pura e simples do aumento.